

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.835 - PR (2019/0149728-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : QUESSIA LIDIA HAUBERT DA SILVA
AGRAVANTE : ALEXANDRE DA SILVA
ADVOGADO : DONATO SANTOS DE SOUZA - PR063313
AGRAVADO : COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO
FRONTEIRAS DO PARANA, SANTA CATARINA E SAO
PAULO - SICREDI FRONTEIRAS PR/SC/SP
ADVOGADOS : FERNANDO DENIS MARTINS - SP182424
WILLIAM CARMONA MAYA - SP257198

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por QUESSIA LIDIA HAUBERT DA SILVA e OUTRO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de QUESSIA LIDIA HAUBERT DA SILVA e OUTRO, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao STJ e o respectivo comprovante de pagamento.

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo, bem como da representação processual. A parte, embora regularmente intimada para sanar referidos vícios, apenas regularizou a representação (fl. 160), permanecendo, porém, o vício quanto ao preparo, uma vez que a parte limitou-se a alegar à fl. 158 que possui gratuidade de justiça deferida na origem, sem, contudo, apresentar documentação suficiente que comprove sua condição de beneficiária.

Registre-se ainda que não há nem como vincular a transcrição de fl. 158 ao presente feito, tendo em vista que não possui, sequer, número do processo ou nome da parte beneficiária. No caso deveria a parte ter trazido cópia integral dos respectivos autos

Superior Tribunal de Justiça

ou certidão comprobatória do tribunal de origem do deferimento da benese.

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente